

Dívida externa, questão gravemente mal posta

GAZETA MERCANTIL

13 NOV 1987

Herbert Levy (*)



E de lamentar que a solução realística do problema da dívida externa não tenha encontrado guarida nas negociações em curso entre o Brasil e os bancos credores.

Em novembro de 1982, a compensação do Banco do Brasil estourou em Nova York. Foi um raio em céu limpo, demonstrando a imprevidência dos nossos dirigentes ao atingirmos situação de tanta gravidade, sem qualquer diligência prévia que a evitasse. Já tínhamos consciência, então, de que a negociação da dívida estava fora da realidade brasileira. Vivíamos um processo recessivo imposto pelo FMI de acordo com suas normas ortodoxas de combater a inflação: corte e encarecimento do crédito e redução do poder aquisitivo e da produção.

Isso fez com que em 1984 tivéssemos um número oficial de 4,5 milhões de desempregados, os quais com suas famílias, representando perto de 18 milhões de pessoas, foram empurrados para a área de pobreza absoluta, com dificuldade até de adquirir alimentos.

Essa atitude fria e irresponsável dos dirigentes da economia na ocasião representou, portanto, um custo social sem precedentes no Brasil. Um dos sintomas característicos foi a explosão das favelas, ao passo que a pressão sobre a classe média empobreceu-a e proletarizou-a.

Sob outro aspecto, tive a oportunidade, tantas vezes divulgada, de mostrar em Washington, para um auditório do mais alto nível, que dos US\$ 92 bilhões da nossa

dívida, US\$ 52 bilhões eram impostos de fora para dentro.

O Tesouro americano era responsável por 22 bilhões, com a puxada de taxas, feita sob sua exclusiva iniciativa, elevando-as a 20,45% ao ano. Os outros 30 bilhões eram consequência da puxada de preços do cartel da OPEP, de US\$ 10,20 o barril em 1975, para US\$ 38,00 em 1982, notando-se que o preço de 1975 já era francamente favorável aos produ-

tores que haviam recebido apenas US\$ 1,77 em 1971 e US\$ 2,77 por barril em 1973. E a ação contra cartéis era prioritária para a ação de organismos internacionais como FMI, Banco Mundial e ECOSOC da ONU, entre outros.

Mostrei, citando economistas americanos como George Sôros, do Stanley Morgan, e Henry Clausen, do Banco Mundial, que não se podia pretender que os países em desenvolvimento

devedores, pagassem de juros mais do que 20 ou, no máximo, 25% do total de suas exportações. Em 1984 o Brasil pagou de juros 43% das exportações e em 1985, 50,5%. Ao mencionar esses dados fui aplaudido e cumprimentado pela elite do maior país credor, defendendo o interesse dos devedores.

Esses argumentos nos davam forte posição moral e econômica para fazer um acordo realístico, capaz de

estancar uma grande, insuportável, sangria de dívidas.

Mas, incrivelmente, nada se fez de efetivo para proteger, com argumentos irresponsáveis, os interesses do Brasil.

Chegamos à moratória unilateral quando se esgotaram nossas reservas de divisas, solução negativa para o nosso crédito. E, agora, voltamos ao status quo ante, pelo qual admitimos voltar a pagar juros

em cheio mais para a frente.

Francamente, não dá para entender. Quando, afinal, colocaremos o problema da dívida em seus termos reais, protegendo os interesses legítimos do Brasil e sem danos morais ou de fato para o nosso crédito?

(*) Presidente do conselho de administração e diretor responsável da Gazeta Mercantil.